



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA

ALUÍSIO CÉSAR BARBOSA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE
ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA**

**TAPEROÁ-PB
2016**

ALUÍSIO CÉSAR BARBOSA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE
ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia
na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito
institucional para a obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Nicette Navarro Almeida

TAPEROÁ-PB
2016

S237e Santos, Alúcio César Barbosa dos.

Educação inclusiva: um estudo na perspectiva de inclusão de alunos/as com deficiência na escola / Alúcio César Barbosa dos Santos. – João Pessoa: UFPB, 2016.
30f.

Orientadora: Nicette Navarro Almeida
Monografia (Licenciatura em Pedagogia – modalidade à distância) – UFPB/CE

1. Educação Inclusiva. 2. Formação continuada. 3. Professor. I.
Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.014.53(043.2)

ALUÍSIO CÉSAR BARBOSA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE
ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia
na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito
institucional para a obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientado pela Prof^a. Nicette Navarro Almeida.

Aprovada em: ____/____/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Nicette Navarro Almeida
Prof. Orientador
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof^a. Vivia de Melo Silva
Prof. Convidado
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof^a. Hércia Macedo de Carvalho Diniz e Silva
Prof. Convidado
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria das Graças, que proporcionou com muito esforço a minha formação, a minha família, Sueli e Maria Sophia, a quem espero fazer o mesmo.

AGRADECIMENTO

A minha orientadora Prof^a Nicette Navarro Almeida por ter me ajudado com a construção desse trabalho e incisivas pontuações.

Aos colaboradores do polo de Educação à Distância de Taperoá, Vamberto (coordenador) e Divania (Tutora Presencial).

Aos examinadores.

A Deus e todas as outras pessoas que diretamente ou indiretamente colaboraram com o sucesso deste trabalho.

RESUMO: O trabalho buscou analisar a inclusão de alunos/as com deficiência na escola, em turmas do Ensino Fundamental I, especificamente em turmas do primeiro (1ª ano) ao quinto (5º ano) com uma quantidade aproximadamente entre 27 (vinte e sete) e trinta (30) alunos. As observações se concentraram nas maneiras de inclusão deste aluno em sala de aula, currículo, atividades e escola. A metodologia utilizada, de forma qualitativa, buscou dados por meio de observações diretas em sala de aula e de questionários, tendo como suporte bibliografias e leis para a fundamentação. Constatou-se a necessidade de formações voltadas para o que é incluir alunos/alunas em sala de aula, nas atividades, no currículo e na escola. Além disso, o currículo escolar de cada professor não contemplou as necessidades de cada aluno/a na escola. Tais observações contribuíram para uma maior atenção com a temática inclusão de alunos com deficiência na escola e possíveis mudanças para a inclusão de forma geral na escola.

Palavras-Chaves: Inclusão. Professor. Escola. Formação Continuada.

Abstract: The study sought to examine the inclusion of special students in classes of elementary school specifically in the first year (1st year) to the fifth year (5th year) with an amount approximately of 27 (twenty seven) and thirty (30) students. The observations focused on ways to include this special student in the classroom, curriculum, activities and school. The methodology used qualitatively, sought data through direct observation in the classroom and questionnaires, with the bibliographies and support laws for the reasoning. It was noted the need for targeted training for what is to include students / pupils in the classroom, activities, curriculum and school. In addition, the curriculum of each teacher did not address the needs of each student in school. Such observations contributed to increased attention to the theme of inclusion of special students in school and possible changes to the inclusion of general school.

Key Words: Inclusion. Teacher. School. continuing educativo.

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	09
II – A ESCOLA E SUA PROPOSTA PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA	11
III – EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CURRÍCULO ESCOLAR.....	15
IV– O PROFESSOR E O ALUNO/A COM DEFICIÊNCIA	18
V – METODOLOGIA	21
VI – RESULTADO E DISCUSSÃO.....	22
VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	27
ANEXOS	29

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que apresentamos aqui pretende percorrer, através de uma pesquisa sistemática de estudo de caso, uma análise detalhada sobre a inclusão de alunos/as com deficiência em sala de aula como requisito para a conclusão defesa do TCC no curso de licenciatura plena em pedagogia da Universidade Federal da Paraíba.

Assegurar a todos/as a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola é um dos princípios estabelecidos no Art. 3º, I – da LDB, Lei 9394/1996, da educação para os dias atuais. Essa igualdade de direitos se faz presente na educação inclusiva buscando alternativas para a concretização desses princípios apresentados em documentos e na própria constituição de 1988. Sabe-se que tais objetivos não tomaram proporções concretas para muitas crianças e jovens.

Nesse contexto, percebeu-se que os alunos/as com deficiência se encontravam excluídos do contexto social e escolar. Muitos dos casos de exclusão estavam presentes na própria família sendo vistos/as por alguns/as sem nenhuma capacidade de interação entre pessoas do mesmo convívio.

É na atualidade que encontramos novos pensamentos quanto a esses/as alunos/as. Além disso, não é simples identificar com exatidão os fatores que contribuem para a falta de incentivo a essa inclusão no ambiente escolar. Com isso, surge uma grande pergunta que norteará a nossa discussão. Como os professores estão desenvolvendo os conteúdos curriculares com os/as alunos/as com deficiência física em sala de aula?

As hipóteses podem ser várias para tais problemas. Entre elas estão métodos não condizentes com as necessidades desses/as alunos/as com deficiência, como também uma não formação adequada para os professores/as que atuam com alunos/as nesta modalidade.

O tema educação inclusiva tem como objetivo identificar os possíveis problemas que norteiam a inclusão destes alunos/as no ambiente escolar e em sala de aula, buscar alternativas possíveis para o desenvolvimento de atividades que correspondam à necessidade dessas crianças e jovens em sala de aula e na escola.

A Escola Municipal São José está localizada no Estado de Pernambuco, com o total de 380 alunos (as) em turmas do 1º (primeiro) ao 5º ano dos Anos Iniciais do ensino Fundamental I. As turmas apresentam em média a quantidade de 28 a 30 alunos. Entre esses a escola tem matriculado seis alunos com deficiência. Além disso, a escola dispõe de 13 salas

de aula, pátio externo, quadra esportiva, biblioteca, secretaria, sala de direção, cozinha etc. Além disso, dispõe de coordenador pedagógico e gestora.

Desta forma, a pesquisa contribuirá em possíveis estudos ou consultas de estudantes de curso de licenciaturas em pedagogia, como também de professores que atuam em sala de aula com alunos/as com deficiência, facilitando o trabalho e incluindo-os no contexto escolar.

2 A ESCOLA E SUA PROPOSTA PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA.

A escola se apresenta como um ambiente favorável para a formação individual de cada aluno/a que nela está matriculada/o ou se encontra em processo de formação. Ela deve ser um lugar acolhedor e que conduza ao bem estar de todos e a um processo de aprendizagem com grandes significados. Assim, ela busca em suas particularidades desenvolver métodos que assegurem a execução dos direitos de cada estudante.

Direitos esses que ao longo da história tiveram grandes dificuldades para uma igualdade desses alunos/as na educação. Isso pode ser demonstrado a partir do momento que nos remetemos a Grécia antiga fazendo um percurso até os dias atuais. É nesta região que identificamos a violação dos direitos das crianças, sobretudo na inclusão de crianças especiais em suas diversas necessidades, seja ela social educacional ou cultural.

Mais do que a educação abordada na Grécia Antiga¹, segundo Durkheim (1978, p. 41),

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina.

Segundo Correia (1999), na Grécia Antiga as crianças nascidas com deficiência eram excluídas totalmente da sociedade, sem direito ao convívio com a família e sem participação social. Isso influenciou em períodos posteriores como a Idade Média e Modernidade.

Na atualidade, a dinâmica se diferencia. A valorização da pessoa com deficiência se dá por meio de documentos em forma de leis, como também por meio de organizações que defendem os direitos humanos a exemplo dos Conselhos Tutelares. A ampliação desses direitos se concretiza na escola com uma fundamentação voltada para uma educação de qualidade e de oportunidades a todos/as.

A escola como espaço formador necessita de práticas significativas no seu papel formador de sujeitos críticos. Ela necessita de atitudes positivas para formar pessoas conscientes da sua função como pessoas transformadoras dotadas de um pensar contínuo de

¹ O resgate histórico aqui apresentado por meio da Grécia Antiga foi para mostrar as diversas realidades da época sobre a temática e não para obter uma visão negativa desta sociedade uma vez que o contexto e realidade eram completamente diferentes da nossa modernidade.

suas ações transformadoras. Quando encontramos uma escola ou educação aberta para novos pensamentos, chegamos a metas positivas.

Torna-se indispensável, dentro desta perspectiva educativa, que todos, educadores ou não, reconheçam a educação como um projeto social importante. Por isto, a educação precisa ser cada vez mais considerada como um dos componentes que podem contribuir de forma significativa com a formação de sujeitos responsáveis com determinadas funções na sociedade. Assim sendo, fundamenta-se, então, a necessidade de participação de todos os envolvidos no processo educacional, nas decisões que arrolam a continuidade e o aprimoramento desse processo, a fim de que se efetive um maior envolvimento com o destino da educação e sua própria prática cotidiana (MINASI, 1997, p. 35).

A educação se apresenta como um ambiente propício para o favorecimento de direitos igualitários a todos/as os/as cidadãos/as desenvolvendo meios para o processo formativo de conhecimentos produzidos no decorrer do processo histórico. É na escola e nas experiências do dia a dia desses indivíduos que acontece o acesso aos conteúdos e conhecimentos que contribuirão na aprendizagem e na garantia de direitos.

Entre essas análises sobre a importância da escola deve-se abordar a escola na modernidade. É justamente nesse período que novas concepções surgem sobre a infância desenvolvendo dois outros tipos de pensamento: um olhar que separa o pensamento de apenas questões adultas conduzindo para o infantil e a educação. Esse olhar aqui destacado envolvia um cuidado maior junto às crianças uma vez que as mesmas não tinham um olhar de preocupação, mas de uma vivência quase esquecida diante dos adultos da época que dominavam e mandavam em tudo. Assim, afirma Ariès (1981),

Na sociedade medieval, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem (ARIÈS, 1981, p.156).

É importante entendermos que escola inclusiva é aquela que garante qualidade de ensino, como também o respeito à diversidade mediante a uma imensidão de qualidades individuais existentes na sociedade. Porém, devemos destacar que incluir não significa apenas matricular o aluno na escola, mas envolvê-lo nas atividades em sala de aula, no ambiente externo como intervalos e no livre acesso a qualquer parte da escola com estruturas adequadas.

Assim, para uma escola ser considerada inclusiva deve oferecer condições internas de forma organizada, com um projeto político pedagógico com metas e ações que envolvam a

diversidade de pessoas, sejam portadoras de deficiência, etnia, sexo, idade, condição social ou qualquer outra situação. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) afirma que,

Capítulo II – Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade: Art.15 “A Criança e o adolescente têm o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; Art.53 "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes, entre outros: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- direito de ser respeitado por seus educadores; No ano de 2008 foi aprovada a emenda constitucional, a convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência, onde são assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis (Estatuto da Criança e do Adolescente, 2013, p.12).

Outro fator de grande importância é a responsabilidade de todos/as que fazem o ambiente escolar. Havendo essa parceria entre todos/as, o trabalho de inclusão acontece com responsabilidade e sucesso deixando os diversos atores/atrizes familiarizados com o ambiente escolar.

É com o projeto Político Pedagógico que diversas ações podem ser concretizadas por haver uma junção de pensamentos a favor de garantias de direitos e de construções coletivas percebendo a necessidade da escola e da comunidade. Mas, para que isso aconteça, deve ter objetivos bem definidos. Assim,

O projeto político-pedagógico de uma escola é o instrumento teórico metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer, para quem se vai fazer e como se vai fazer (ARANHA, 2004. p.09).

Quando a escola abre espaço para o pensamento e necessidade da comunidade ela corresponde às exigências gritantes sociais dos alunos/as, como também da própria comunidade com alunos/as formados e preparados para enfrentar os problemas.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica na Resolução nº 2/2001 apresentam determinações para um atendimento especial a educação infantil às crianças com necessidades educacionais. Nestas determinações encontramos a interação entre família e comunidade. Ambos fortalecem os laços de uma aprendizagem fortalecida.

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus

estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação. (MANTOAN, 2006, p. 23).

Segundo Mantoan (2006, p. 35), “é inegável que as ferramentas estão aí para que as mudanças aconteçam e para que reinventemos a escola, desconstruindo a máquina obsoleta que a dirige, assim como os conceitos sobre os quais ela se fundamenta, os pilares teóricos metodológicos em que ela se sustenta”.

Como podemos notar, os métodos para uma efetivação desta inclusão se encontram em primeiro lugar na execução do que dizem as leis para o acompanhamento com educação especial. Em segundo momento, uma adequação ao ambiente escolar em sua estrutura e materiais para o bem estar destes alunos/as. Em terceiro, formações continuadas para os profissionais da educação atendendo assim as exigências particulares de cada indivíduo presente no ambiente escolar.

Mais que incluir, a escola necessita integrar esse aluno na rotina escolar e em sala de aula. É importante entender que existe uma diferença entre incluir e integrar.

Teoricamente, a integração pressupõe a adaptação do aluno à escola ou do sujeito à sociedade na qual está inserido. A inclusão parte do princípio de que a escola e a sociedade em geral é que devem ser transformadas para adaptar-se às necessidades de todos e de cada um. Por exemplo, uma criança com deficiência deve apresentar determinadas condições para ser integrada em uma escola comum. No caso da inclusão, é a escola que deve responder às necessidades específicas desta criança. O mesmo acontece com a sociedade que deve criar condições para responder às necessidades de todos e de cada um dos cidadãos (ELIZABET DIAS DE SÁ²).

A proposta da escola para se adaptar as necessidades dos alunos/as com deficiência é diversificado, indo desde a uma estrutura adequada até salas acolhedoras e quebra de barreiras que separem as diferenças no requisito de exclusão. Entretanto, o que encontramos diverge daquilo que é planejado.

Podemos apresentar inúmeras dificuldades, mas destacaremos as mais gritantes neste requisito. Como primeiro, podemos destacar a estrutura não condizente com a necessidade desses alunos/as. Nesta estrutura encontramos escadas, banheiros não acessíveis e nem adaptados, salas totalmente fora da realidade desses alunos/as, material não condizente com a necessidade individual de cada aluno/a.

Mesmo com esses problemas se todos

²Entrevista pela a aluna Renata Paschoalini, segundo ano de pedagogia nas Faculdades Integradas da cidade de Jaú, São Paulo, entrevistando, via web, Elizabet Dias de Sá para um trabalho escolar. Disponível em: <http://www.bancodeescola.com/entrevis.htm>. Acesso em 27 de fev. de 2016.

[...] os defensores da inclusão devem unir-se no reconhecimento de que as escolas que implementam práticas educacionais sólidas são boas para todos os alunos. [...]. O fator mais importante é ter coragem para fazer o que é certo, apesar dos desafios e das barreiras que surgem. O resultado é um sistema educacional mais forte e mais eficiente para todos os alunos (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 85).

Quando a escola busca meios para o bem estar dos alunos/as, mesmo as condições não sendo favorável para tais atividades, o resultado do desenvolvimento desses alunos/as se torna significativo naquilo que se foi planejado e executado pela escola e professores. Com isso entendemos que a escola tem papel principal nesta formação e inclusão, sendo ela o suporte para os demais pontos na inclusão escolar de alunos/as com deficiência.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CURRÍCULO ESCOLAR.

Antes de continuarmos a falar sobre educação inclusiva, necessitamos conceituar currículo conduzindo melhor ao entendimento dessa ferramenta no contexto escolar e reflexão sobre a temática aqui destacada. Importante observarmos, segundo Oliveira (2000), que

Historicamente, a mais tradicional e utilizada forma de se entender um currículo é aquela que o percebe como o conjunto dos conteúdos programáticos estabelecidos para as disciplinas e séries escolares, ideias já incorporadas ao senso comum e repetidas como base de trabalho (OLIVEIRA, 2000, p. 231).

Segundo a autora, essa informação empobrece o que ela vai chamar de práticas curriculares, deixando de ampliar essa visão ao contexto de práticas concretas daqueles que trabalham cotidianamente. Não deixando de lado os procedimentos metodológicos e avaliativos também como currículo.

Iniciar com a questão do currículo é entender que “diferentes currículos produzem diferentes pessoas, mas naturalmente essas diferenças não são meras diferenças individuais, mas diferenças sociais, ligada à classe, à raça, ao gênero” (SILVA, 1996, p.81).

Quando destacamos a questão do currículo é para afirmar que nem sempre as escolas adaptam o currículo a necessidade dos/as alunos/as com necessidades especiais. Todo o currículo é voltado para os anos considerados como regulares. Isso acarreta dificuldades tanto para os professores como para os/as alunos/as, se sentindo perdidos por não contemplarem uma realidade pessoal de forma geral.

A Lei de Diretrizes e Bases afirma com clareza sobre a inclusão que o fundamenta mostrando o currículo como algo aberto e flexível, contemplando a diversidade dos alunos/as.

Podemos entender essa contemplação como

[...] adaptações curriculares como modificações que são necessárias realizar em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas para as quais se aplica. As adaptações curriculares são intrínsecas ao novo conceito de currículo. De fato, um currículo inclusivo deve contar com adaptações para atender à diversidade das salas de aula, dos alunos (LANDÍVAR, 1999, p. 53).

Diversas escolas necessitam passar por essa adaptação que corresponde a uma inserção dos alunos com deficiência no contexto escolar e nas diversas atividades desenvolvidas nas escolas pelos professores que apresentam alunos com essas exigências no seu processo formativo. Tais afirmações nos direcionam a compreender que a educação ou meta é

[...] desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (MANTOAN, 2002, p.12).

Toda adaptação em sala de aula precisa estar em sintonia com um currículo adaptado de forma que todos os alunos sejam contemplados com atenções recíprocas entre todos que estão matriculados na escola. A escola inclusiva contribui na organização do currículo apresentando uma diversidade de alternativas de conteúdos na realidade escolar.

A inclusão estabelece que as diferenças humanas são normais, mas ao mesmo tempo reconhece que a escola atual tem provocado ou acentuado desigualdades associadas à existência de diferenças de origem pessoal, social, cultural e política, e é nesse sentido que ela prega uma educação de qualidade para todas as crianças (MENDES, 2002, p. 64).

A partir do envolvimento da escola e dos professores na construção do currículo, os métodos de ensino tomam outra direção para uma educação inclusiva. Os docentes aprimoram o seu olhar nas diversas diferenças individuais, cronometrando tempo e situações para os objetivos planejados. Isso observando o tempo do aluno e da escola e não mais os conteúdos como centro das preocupações escolares.

À medida que todos forem envolvidos na reflexão sobre a escola, sobre a comunidade da qual se originam seus alunos, sobre as necessidades dessa comunidade, sobre os objetivos a serem alcançados por meio da ação educacional, a escola passa a ser sentida como ela realmente é: de todos e para todos (ARANHA, 2004, p.10).

Trabalhos direcionados para a ótica da educação inclusiva traz para o contexto da escola ideias de valorização dos alunos nas questões individuais enfatizando o sucesso deste aluno e da escola por meio da adaptação do currículo nas diversas dificuldades no ensino-aprendizagem. Com isso, entende-se que uma escola inclusiva requer um currículo também inclusivo.

O currículo escolar dos Anos Iniciais na Escola Municipal São José é baseado em disciplinas comuns e necessárias para a formação das crianças dentro das exigências estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Esse currículo apresenta disciplinas tais como: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes, Educação Física e religião. Sendo esta última não obrigatória uma vez que os alunos e pais tem o direito de optar por não cursar durante o ano letivo. No decorrer do ano letivo o professor constrói seu horário onde é contempladas todas essas disciplinas. Todos e todas recebem o material que é chamado de fluxo onde contém eixos, conteúdos, objetivos, metodologia e ideias de como trabalhar cada disciplina.

Mensalmente são realizados encontros semanais por turma onde cada supervisor junto com os professores planejam o cronograma semanal com conteúdos, objetivos, metodologia e avaliação facilitando um melhor planejamento individual por aula construído por cada profissional. Importante destacar que mesmo existindo um fluxo que deve ser seguido, o professor tem total liberdade para incluir outros conteúdos ou temáticas seja regional ou nacional para complementar essa formação.

Esse currículo se aplica para todos os alunos. Inclusive para os portadores de deficiência física. O que é preparado para os alunos considerados como regulares é aplicado para os alunos com deficiência física. Isso argumentando que eles não podem ser diferentes dos demais. Mais essas atividades devem ser adaptadas conforma a necessidade de cada um. Entre essas necessidades está incluso uma metodologia baseada em jogos, brincadeiras e músicas para um momento diferente e com objetivos claros quanto à aprendizagem de cada aluno no ambiente escolar. Com essa abordagem de currículo chegamos ao entendimento daquilo que vai falar Goodson (2003, p. 08).

O processo de fabricação do currículo não é um processo lógico, mas um processo social, no qual convive lado a lado com fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais, determinantes sociais menos nobres e menos formais, tais como interesses, rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidades de legitimação e de controle, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, à raça, ao gênero.

Como podemos perceber o currículo trás toda uma abordagem sobre o poder relacionado com questões de classes sociais. Mais que isso, nota-se nesta abordagem do autor que o que está implícito no currículo é um aprendizado que corresponde a interesses da própria escola. Ou ainda, que o que se é construído na escola não apresenta relação ou influência com as relações sociais.

Chega-se a conclusão que a reflexão do currículo vai além de questões puramente escolares conduzindo também para questões sociais percebendo se existe ou não uma relação que dê sentido a realidade de cada aluno envolvido no processo de formação escolar.

4 O PROFESSOR E O ALUNO/A COM DEFICIÊNCIA.

Diversas são as angústias dos professores relacionados à educação. Além da falta de recursos, de salários baixos e falta de investimento dos órgãos competentes existe uma falha na formação continuada e em uma adequação no currículo escolar e estrutura no que diz respeito a uma educação inclusiva.

Resgatar a formação continuada como um requisito para a contribuição no trabalho com alunos especiais é de suma importância para entender que as universidades devem incluir no currículo das graduações disciplinas que atendam as angústias daqueles que hoje se deparam com alunos com necessidades especiais em sala de aula e se perdem nas orientações e planejamentos para as necessidades particulares de cada um. Sabendo que essa formação deve ser ampliada a todos os funcionários da escola

o importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (ALVES, 2009, p.45,46).

Outro fator problemático são os materiais e métodos. A escola dialoga com os professores apresentando as leis e regras que devem ser executadas nas escolas na inclusão do aluno com deficiência, mas não dispõe de matérias condizentes com essa necessidade. Por exemplo, material em braile para deficiente visual, material para a linguagem de sinais, sala diversificada e adaptada para trabalhos com atividades e momentos de lazer.

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (CARVALHO, 2004, p. 77).

Mais que os materiais, existem também, o sentimento de impotência diante da realidade apresentada. O discurso de que não dou conta, de que existem muitos alunos na sala de aula, ou ainda, tenho muitas crianças indisciplinadas, rodeiam as indagações do professor que não vê métodos adequados ou suficientes para trabalhar com o aluno com deficiência.

Importante destacar o que trás a LDB na defesa dos alunos com necessidades especiais e na formação de professores. Desta forma, no artigo 59 destaca que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

[...]

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Caminhar dessa forma mostra o quanto a educação apresenta obstáculos para uma educação inclusiva. Deve haver uma modificação no pensar profissional e na estrutura da escola para juntos criarem materiais e métodos que se aproximem da realidade desses alunos que se encontram matriculados na educação na procura de conhecimento e de formação igualitária.

Importante destacar que uma formação específica para os profissionais da escola não é algo simples. Existe uma complexidade que deve ser mudada quando observamos os tipos de ensinamentos educacionais, sobretudo, em métodos tradicionais.

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma

especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. Como já nos referimos anteriormente, a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nesta direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existente e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não são mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional (MANTOAN, 2003, p.43).

Podemos afirmar que não é simplesmente com pequenas formações ou discursos de implantação de direitos que as coisas se resolverão na inclusão dessas pessoas com deficiências. Essa questão de inclusão requer toda uma junção de currículo adaptado, formação específica, estrutura interna e externa, como também investimentos financeiros para materiais próprios.

Podemos trazer para nossa reflexão questões abordadas no MEC/ SEESP ao dizer que,

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade. E sob enfoque escolar processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. Sob o enfoque psicossocial, a integração representa, portanto, numa via de mão dupla, envolvendo os portadores de deficiência e a comunidade das pessoas consideradas “normais”. (1994 p.18).

A integração deve sim ser um processo dinâmico no contexto de discussões do papel da escola e dos principais responsáveis pela educação e formação desses alunos. Quando observamos o aluno que é matriculado no ensino regular, encontramos uma presença como ser humano, mais quando partimos para uma análise detalhada de sua integração o mesmo não se encontra. Ou seja, a integração não ocorreu nessa escola ou sala de aula. Porque “Integrar significa abrir as portas da participação social a todos os indivíduos indistintamente quer na educação regular quer no mercado de trabalho, nas atividades de lazer, de cultura na política assim como em todos os setores da vida social” (MARQUES APUD MARQUES, 2000, p.32).

5 METODOLOGIA

A abordagem apresentada nesse trabalho acadêmico terá como iniciativa primeira pesquisas bibliográficas de caráter qualitativo, partindo de leituras e análises acerca do objetivo citado. Os instrumentos metodológicos serão desenvolvidos por meio de observações da relação do aluno com deficiência na sala de aula e com o professor, por meio de reflexões da prática desse profissional em sala de aula e no envolvimento destes alunos nas atividades. Além disso, optará por revisão de literatura e algumas observações por meio de entrevistas, como também, avaliação do planejamento usado para um ensino aprendizagem com sucesso. Trata-se de um estudo pautado em métodos com levantamento e análise de obras, artigos e outros, sobre o tema e a problemática escolhida na pesquisa. Com esta revisão, o trabalho vai ser conduzido por meio de estratégias de mapeamento do que foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa.

O trabalho será desenvolvido nos Anos Iniciais localizados na escola municipal na cidade de São José do Egito, Pernambuco. Especificamente nas turmas de 1º ano e 5º ano. As observações acontecerão nas aulas sobre anotações baseadas em planejamentos do professor/a e principais métodos de trabalho com os alunos/as com necessidades especiais.

6 RESULTADO E DISCUSSÃO

Diante de toda a pesquisa o nosso entendimento foi de que o contexto no qual estavam inseridos os alunos com deficiência apresentava um currículo distante dos objetivos propostos pelos documentos que defendem o direito de inclusão.

Na escola observada foi identificado de 422 alunos apenas 6 alunos portadores de deficiência. Entre eles três meninas e três meninos de idade entre 6 e 10 anos. Constatou-se, também, que os pais apresentavam uma preocupação com o desenvolvimento dos filhos indo constantemente a sala no horário de aula para ver como estava acontecendo o processo de aprendizagem. A presença da mãe se apresentou mais fortemente, uma vez que foi argumentado que os pais do sexo masculino trabalhavam o dia todo.

A inclusão dos alunos com deficiência se dava por meio de jogos, atividades com desenhos, música, carinho e muita dedicação mostrando a importância da acolhida fraterna como acolhimento e reconhecimento de sua importância. Esses alunos apresentavam uma auxiliar para cada um com dedicação exclusiva e atenção especial.

A escola, apesar de toda dificuldade, mostrou uma maior atenção para com a necessidade desses alunos trazendo para a sua pauta de formação complementar, por meio de aulas, atividades individuais e coletivas, a reflexão sobre a importância e necessidade de uma oportunidade a esses alunos, uma vez que o contexto histórico sobre como era tratada essa questão apresenta sinais de exclusão, sofrimento e até morte.

Foi na turma do 5º ano que o trabalho com alunos com deficiência teve uma atenção especial por apresentar um aluno cadeirante que não falava e tinha problemas de crescimento. Não dava sinal de respostas apenas olhando quando falava. A professora, com formação em pedagogia, apresentou um olhar diferenciado ao incluir em sua rotina uma metodologia lúdica e diversificada ao abordar em suas aulas momentos com músicas, jogos e contação de histórias obtendo resultados positivos diante da dificuldade apresentada pelo aluno com olhares e sorrisos.

A consciência do respeito e inclusão deve ser algo prioritário no estudo dessas temáticas. Independente de religião a liberdade é um dos direitos humanos básicos em uma sociedade. É com exemplos assim que devemos investir na ampliação desse pensamento buscando atingir mais pessoas para uma educação inclusiva.

Com esta pesquisa diversas reflexões foram feitas sobre cada dificuldade encontrada relacionada com os alunos com deficiência. Neste conhecimento pudemos entender cada realidade vivida e exigência necessária para cada particularidade. Entre esses alunos com deficiência a escola tem em seu quadro de alunos crianças com síndrome de Down, com autismo, problemas mentais e cadeirante. Cada um com uma necessidade especial e com uma exigência particular que requer um planejamento adequado para cada sala de aula.

Diante de tais exigências os professores em diversos momentos de aulas realizadas não conseguiram contemplar as necessidades de cada um, uma vez que sua formação não foi suficiente para trabalhar com esses alunos com deficiências. As atividades em diversas aulas causavam insatisfação por parte dos alunos deixando-os muitas vezes agitados. Com isso os auxiliares usavam uma segunda alternativa utilizando jogos ou músicas.

Compreendeu-se a necessidade de haver uma maior abertura para temas deste tipo em escolas, família e sociedade. O conhecimento transforma, diz Paulo Freire. E é com este conhecimento e responsabilidade que teremos escolas e professores preparados para ver o outro como portador de direitos.

Vejamos o que diz os Parâmetros Nacionais da Educação:

A reflexão ética traz à luz a discussão sobre a liberdade de escolha. A ética interroga sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume. Abrange tanto a crítica das relações entre os grupos, dos grupos nas instituições e ante elas, quanto à dimensão das ações pessoais. Trata-se, portanto de discutir o sentido ético da convivência humana nas suas relações com várias dimensões da vida social: o ambiente, a cultura, o trabalho, o consumo, a sexualidade, a saúde (BRASIL, 1997, p. 25).

Entende-se que o conhecimento está em constante movimento. Isso significa que aquilo que eu conhecia exige novos estudos, pois existem novas descobertas e teorias, ou um melhoramento do que já se tinha pensando. As abordagens em sala de aula não podem ficar em meras discussões do currículo escolar. Deve-se concretizar com a junção dos temas currículo e inclusão com práticas voltadas para conteúdos em sala de aula conduzindo crianças, jovens e adultos para o conhecimento de uma cultura de direitos. Ou ainda, para atitudes concretas de respeito e consciência de que o outro exige respeito. É nesta transformação do conhecimento que Pinto (2000) vai falar da capacitação para o educador.

Neste segundo sentido compete ao professor, além de incrementar seus conhecimentos e atualizá-los, esforçar-se por praticar os métodos mais adequados em seu ensino, proceder a uma análise de sua própria realidade pessoal como educador, examinar com autoconsciência crítica sua conduta e seu desempenho, com

a intenção de ver se está cumprindo aquilo que sua consciência crítica da realidade nacional lhe assinala como sua correta atividade. (PINTO, 2000. p. 113).

Neste currículo escolar na referida escola não foi encontrado momentos de reflexão sobre as atividades direcionadas para estes alunos portadores de deficiência física acarretando algumas perguntas se realmente o currículo que vem pronto e acabado está preocupado ou contemplando esse tipo de aluno incluindo em todo o contexto de conteúdos entendidos como necessários para a formação humana dentro da ideia de pessoas construtoras de sua realidade.

O questionário ajudou na fundamentação daquilo que se esperava sobre a temática. Muitos professores se mostraram insatisfeitos com a profissão devido ao salário e angústias. Que as atividades são diversificadas sempre facilitando a aprendizagem. Que as relações entre professores e alunos com deficiência eram boas em alguns momentos uma vez que devido a sala ter quantidade de alunos acima do exigido o contato entre este aluno ficava mais entre auxiliar tendo este auxiliar uma maior facilidade na ajuda com esse aluno. E que não se sentem a vontade em sala de aula devido a diversidade de dificuldades causando angústias por não suprir essas exigências.

Portanto, o currículo e a formação do educador são sim ferramentas indispensáveis para as exigências escolares. Falar sobre formação continuada dos profissionais que apresentam alunos/as com necessidades especiais é trazer para o contexto educacional novas reflexões de que investir em novos conhecimentos e métodos se torna uma alternativa para uma sociedade de igualdades e de respeito dentro dos direitos humanos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com toda teoria estudada e com base em algumas observações nas escolas do município de São José do Egito, constatou-se uma abertura para a inclusão da pessoa com deficiência, como também vem desempenhando formas diversificadas de inclusão em sala de aula. Os professores buscam no decorrer de suas formações em aulas coletivas e individuais, em outro horário, adequar suas aulas dentro das necessidades particulares dos alunos, mesmo as escolas não oferecendo estruturas adequadas.

Em linhas gerais, a história revela os vários caminhos seguidos para a inclusão da pessoa com deficiência nas escolas. As discussões tornam a avaliação mais significativa dentro das dimensões do contexto educacional. Com isso, permitiu destacar a necessidade de formações complementares sobre a temática, como também a inclusão desse tema curricular da escola.

Entende-se que a problemática da inclusão de alunos com deficiência pode ser resolvida com formações direcionadas para os professores de forma prolongada com curso de especialização ou licenciaturas na área, como também na preparação de aulas baseadas na realidade de cada aluno. Mais que isso, a escola deve incluir no seu projeto político pedagógico metas e ações concretas com olhares firmes na execução de cada ideia pensada.

Toda essa abordagem sobre a temática de inclusão de alunos com deficiência na escola e sobre o estudo realizado por meio de observações e leitura de textos conduziu a ideia de que qualquer formação em pedagogia ou em outra área necessita de um aprofundamento maior em áreas específicas para pessoas com deficiência no ambiente escolar. Que mesmo com toda formação acadêmica, 99% por cento dos professores sentiram dificuldades para se trabalhar com esse aluno e de incluí-lo em sala de aula e na escola como um todo. Isso requer uma busca maior de qualquer profissional que deseje trabalhar com educação para obter um maior sucesso. Desta forma, o resultado do trabalho contribuiu para novas ideias e para reflexões pessoais sobre a importância de se obter um conhecimento amplo que contemple todos os alunos nas suas diversas necessidades.

Resta ainda mencionar que é na inclusão desses temas no currículo escolar que se constroem as melhores alternativas para as mudanças nas condições de vida do indivíduo e que sempre haverá possibilidades de uma possível melhora.

É necessário rever os conceitos de educação inclusiva. Tais estudos e aprofundamentos proporcionaram bases para o desenvolvimento social das pessoas com

deficiência. Isso contribuiria para não haver um atendimento adequado as necessidades dos alunos que são matriculados em turmas regulares. Esse olhar crítico pode nos conduzir a melhores planejamentos.

Essa pesquisa contribuiu para uma melhor reflexão sobre o currículo escolar e para um melhor investimento da preparação dos profissionais que atuam em sala de aula com pessoas com deficiência. Mesmo com toda dificuldade existente nas escolas e em sala de aula, ou melhor, na educação, as discussões sobre a temática ganham proporções positivas uma vez que tendo conhecimento dos principais problemas possíveis soluções serão encontradas. Com isso, este trabalho pretende facilitar o entendimento de tais conhecimentos a outros alunos de graduação das diversas áreas do conhecimento acadêmico.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981.

ALVES F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. V. 3. 26 p.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília. 1994.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto, Portugal: Porto, 1999.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DURKHEIM. E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: v. 3: a escola / coordenação geral SEESP/MEC ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

ENCONTROS DE MEDIAÇÃO E INCLUSÃO (EMI), **O que é mediação?** Disponível em: <http://eminclusao.wordpress.com/o-que-e-mediacao/>. Acesso em: 18 de abr. de 2016.

ESTATUDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 24 de outubro de 2016.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. [Trad. Attílio Brunetta]. Petrópolis, RJ:Vozes, 2003. (Ciências sociais da educação).

LANDÍVAR, J. **Adaptaciones curriculares**. Guia para los profesores tutores de educación primaria y de educación especial. Espanha – Madrid: Ciencias de la educación preescolar y especial, 2002.

MARQUES, L.P. **Educação infantil inclusiva: um desafio possível**. Temas sobre Desenvolvimento, v. 8, n. 48, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, E. G. Perspectivas para a Construção da Escola Inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S., CRISTIL, S. (Org.). Escola Inclusiva. 1. ed. São Carlos: EDUFSCar, 2002, v.1, p. 61-85.

MINASI, Luis Fernando. **Participação cidadã e escola pública: a importância da APM**. Campinas: 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Campinas, SP.

MONTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que? por que? como fazer?** (coleção cotidiano escolar). Ed. Moderna, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, I. B de. **Alternativas curriculares e cotidiano escolar**. In. ____et alii. Cultura, Linguagem e subjetividade no ensino e aprender. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11. Ed. São Paulo: Cortez. 2000.p113.

PORTAL EDUCAR PARA CRESCER, **10 dicas simples para colaborar com a inclusão escolar**. Disponível em: http://www.inclusive.org.br/wp-content/uploads/folhetoINCLUSAO_low.pdf. Acesso em: 20 de mai. De 2016.

SEMANA DE AÇÃO MUNDIAL (SAM) 2013, **Manual de Orientações e Sugestões de Atividades**. Disponível em: http://arquivo.campanhaeducacao.org.br/semana/2013/manual_de_atividades_sam2013.pdf. Acesso em 01 de abr. de 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. São Paulo: Vozes. 1996.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGÓGIA

Prezado (a) professor (a) sou graduando e estou fazendo uma pesquisa. Necessito de sua atenção para preencher este formulário. Com este questionário pretendo verificar ações e concepções do processo da relação professor – aluno com deficiência. Desde já agradeço a colaboração e garanto o sigilo dos dados.

Idade: _____

Série: _____

1- Você gosta da profissão de professor (a)?

sim não às vezes

2-Como são as aulas na sua sala de aula?

boas normais cansativas legais

3- Na sua sala tem aluno com deficiência?

sim não

4- Qual sua relação com o aluno (a) com deficiência? :

Ótima Boa regular Péssima

5-Você já passou por alguma situação de desconforto com a deficiência do aluno (a)?

sim não Não me lembro

6- A metodologia utilizada em sala de aula corresponde a necessidade do aluno com deficiência?

sim não às vezes

7- Você utiliza jogos nas aulas como alternativa de inclusão?

sim não às vezes

8- Você se sente à vontade na escola para trabalhar com as necessidades dos alunos incluindo o com deficiência?

sim não às vezes

9- Você conhece os seus direitos e deveres como professor (a) diante da necessidade de seus alunos em geral?

sim não

10) Marque com um X as coisas que atrapalham a relação com o aluno (a) com deficiência:

a) Timidez

b) Indisciplina

c) Autoritarismo do professor

d) Normas rígidas da escola